



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 36**

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 09/02/2024

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Sandra Maria Sindão Monteiro, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os deputados, Maria Teresa Fernandes Pires, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues e a deputada sucedânea Beatriz Rodrigues Mota Carvalho.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, António José Jesus Monteiro, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que a Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, se fez substituir nesta reunião da sessão, por Sandra Maria Sindão Monteiro.<sup>003</sup>

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa informou o plenário dos pontos da ordem-do-dia da sessão ainda por apreciar.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 3 – Apreciação e votação da operação de loteamento de iniciativa municipal localizada na Rua Manuel Soares Almeida, em Cacia;**

**Ponto 4 – Apreciação e votação da desafetação do domínio público municipal de parcela sita no gaveto da Avenida Santa Joana com a Rua do Loureiro, em Aveiro (PO n° 287/2022);**

**Ponto 5 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para o ano 2024 e Auto de Transferência de Competências da Câmara Municipal de Aveiro para a Junta de Freguesia de São Jacinto de 2024;**

**Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de recomendação “Por uma rede de parques infantis inclusivos”.**

**Ponto 3 – Apreciação e votação da operação de loteamento de iniciativa municipal localizada na Rua Manuel Soares Almeida, em Cacia.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 23/11/2023 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>004</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. É uma operação de regularização administrativa de um velho processo de loteamento municipal, para pôr as coisas em ordem, no que respeita aos lotes privados, mas muito especialmente ao espaço público e domínio público municipal. E, pronto, enfim, é um velho processo que surgiram várias vicissitudes e que agora, enfim, por pressão de questões de natureza formal de registos e coisas desta natureza, tivemos que retomar esse processo e obviamente retomando, coloca-lo na devida ordem. A ordem carece de uma deliberação de Câmara e de Assembleia Municipal. O processo cá está. Alguma dúvida ao dispor.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Câmara, caros deputados municipais, boa noite a todos, bem como às pessoas, aos cidadãos que estão presentes e os que nos observam via Internet.*

*O Senhor Presidente vai-me permitir uma referência muito breve às duas publicações que nos entregaram hoje e que eu agradeço vivamente a distribuição destas duas peças que aqui estão. Parecem ser de muito, muito interesse no geral e no particular. Mas só uma pequena observação. Quando fizerem a segunda edição destas publicações não esqueçam por favor os azulejos da Igreja das Carmelitas e não esqueçam os azulejos militares no antigo batalhão de caçadores. São muito específicos e especiais no contexto em que eles foram construídos.*

*Quanto à proposta que temos à nossa frente. A única coisa que nos parece não questionável, mas pelo menos a merecer algum esclarecimento, é que o máximo edificável autorizado pelo PDM é 60% dum terreno. Só 60% desse lote é edificável não se pode ultrapassar esse volume de construção. Mas temos aqui uma proposta em que apenas são ocupados 534 metros quadrados, ou seja 26% da ocupação do total do lote! Sobrando duas coisas estranhas, dois terrenos remanescentes, um para as traseiras do lote com 678 metros quadrados e outro que continuo à Rua de 866 metros quadrados.*

*A questão que se coloca é esta: já que uma operação de loteamento não deve contribuir, como diz no PDM, não deve contribuir para p desordenamento urbanístico, gostava de saber porque é que não foi feita outra experiência que permitisse uma maior ocupação dos terrenos? Ou se a Câmara já tem um uso pensado para aqueles terrenos remanescentes.*

*É evidente que o que está na traseira das casas, fica virado para outra rua, talvez o mais difícil de urbanizar, mas é a língua de terreno que fica na rua em que o lote é construído, ela não é assim tão larga que permita lotes da mesma dimensão, mas talvez fosse possível utilizar com outros lotes, a não ser que a Câmara tenha um plano, uma ideia para ali de um espaço ajardinado ou uma coisa qualquer.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

*“Boa noite Presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais, presidentes de junta freguesia. A questão que eu tinha a colocar o deputado Salavessa já colocou. O que é que está previsto para os terrenos remanescentes, pronto? Portanto só gostava de um esclarecimento. De resto, à partida, deveremos votar favoravelmente. Tenho dito. Obrigado.”*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente, saudá-lo a si e a quem nos está a assistir à Assembleia pelas redes sociais. A pergunta que o Bloco queria fazer era a mesma que já foi feita e, portanto, fazer esse reforço para explicações do Senhor Presidente.”*

Vogal Jorge Greno (CDS):[011](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*“Obrigado Senhor Presidente, saudar a Mesa, a Câmara, os senhores vereadores, o Senhor Presidente, senhores deputados e público que assiste aqui e em casa. Queria realçar aqui a iniciativa da Câmara Municipal em começar a regularizar situações antigas.*

*Esta situação é muito antiga, é uma situação que conheço bem. Naturalmente que foi aqui levantado a questão por que é que não se prolonga a língua de terreno. A verdade é que a língua para se prolongar em termos de loteamento, com áreas similares às existentes na mesma rua, terá que se ir para terrenos privados que ficam a Norte.*

*Queria realçar mais uma vez essa iniciativa da Câmara que na zona sudoeste de Cacia estes procedimentos continuem, porque temos mais situações parecidas. E que, quando não for possível, como está a questão da língua, tentar adquirir eventualmente terreno para que possamos prolongar este loteamento até à futura rua Bartolomeu Conde. Obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>013</sup>

*“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Em relação ao que disse o Salavessa, dar nota que a referência dos 60% do lote não é absoluta, há nuances. Em regra, até para mais, até 80 por cento. Há lotes edificáveis até 80%. E temos situações onde é possível os 100%, ok. Nomeadamente zonas históricas. Nem é preciso sair de Cacia, nomeadamente a zona mais central do núcleo velho. Isto são as normas deste loteamento, ok.*

*E aquilo que eu disse é que nós não estamos aqui a alterar loteamento nenhum. Este loteamento é um loteamento que não tem pés nem cabeça. Como muitos dos loteamentos que nesta Câmara foram feitos por um célebre engenheiro, a que se subordinavam todos os meus antecessores.*

*Este é mais um sem pés nem cabeça. Aliás, esta zona da envolvente à EB 2/3 de Cacia é um paradigma do disparate em termos de loteamento urbano. É um paradigma. E só alguém que não conhece a zona é que pode achar outra coisa. Baterias de garagens, quer dizer, é um disparate absoluto. Se há zona de caso de estudo disparatado de urbanização é esta exatamente.*

*E, portanto, agora, não estamos aqui a alterar loteamento nenhum. Nós estamos aqui a ultimar a ordem administrativa do loteamento. É isso que estamos aqui a fazer.*

*No que respeita à questão que vocês colocaram, basicamente a ideia que nós temos é que neste miolo e por força de um arruamento que está neste momento em projeto, que vai unir a rua Manuel Soares, da rua Bartolomeu Conde, exatamente no cantinho daquele jardim, ali naquela zona do centro de Cacia, portanto vamos ficar com um miolo na frente das 4 estradas com frente urbana, com construção, que já tem bastante, mas ainda tem muito para fazer. E no miolo que é o espaço urbano a lógica que temos é uma lógica de criação de espaço verde que no fundo faça uma relação também com a envolvente que temos. Seja na envolvente à EB 2/3, enfim, que não tendo grande espaço verde lá tem algumas coisinhas, especialmente do lado Sul da EB 2/3. Podem lá ir ver, enfim, a obra está em obra, com a operação de obra não se vislumbra muito bem uma zona aberta que não tem construção contígua ou uma vala hidráulica que na obra que estamos a fazer é transformada num espaço verde de fruição, portanto vai essa ligação para esse lado, e obviamente a ligação para aquele tal jardim central que que eu falei há pouco.*

*É a ideia que temos, embora, obviamente, em sede de desenvolvimento dum processo desta natureza, enfim, pode haver nuances. Não temos o objetivo de que vamos começar a comprar terrenos para fazer, mas no planeamento o que está pensado é o que está hoje em projeto. É acabar projeto e fazer a obra do tal troço de estrada que está previsto no loteamento e bem. É o que falta fazer em termos da estrutura rodoviária. Obviamente isso permitirá o desenvolvimento das frentes urbanas dum lado e do outro do novo arruamento e, obviamente, faz todo o sentido que o miolo que lá ficará, enfim, da nossa ótica, sem construção, não fará sentido construir no miolo, aquilo que fará todo o sentido é um espaço verde que fique ali a aumentar mais alguns metros quadrados a oferta de espaço verde naquela zona do centro de Cacia.*

*Portanto esta é lógica que nós temos. Embora o passo, primeiro, repito, é a obra que queremos fazer é um pequeno troço de estrada. É pequeno, mas é um arruamento feito de raiz, com toda a infraestrutura. Já estamos em contacto com os proprietários, portanto o projeto está em pleno desenvolvimento.*

*E, portanto, com isto, com este processo e com esta deliberação, terminamos com a ordem administrativa do processo de mau grado neste âmbito, nesta zona, temos esta operação de infraestrutura para prosseguir o desenvolvimento urbano e, obviamente, a obra de qualificação que está em curso, vai dar àquela zona urbana uma qualidade que, naturalmente ou infelizmente não tem desde a origem. E depois que algumas patologias que quem tem acompanhado a obra sabe, de renovarmos a estrutura arbórea, procurando manter o máximo da estrutura que é possível e que tem qualidade para isso e removendo aquelas que não tem, mas, enfim, é uma operação que eu acho que é muito feliz. E, portanto, são as notas que tenho para partilhar com todos. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 – Apreciação e votação da operação de loteamento de iniciativa municipal localizada na Rua Manuel Soares Almeida, em Cacia, sendo a proposta aprovada por maioria<sup>014</sup>, com trinta a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS5), quatro abstenções (PAN1+BE2+PCP1), e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto:

**Ponto 4 – Apreciação e votação da desafetação do domínio público municipal de parcela sita no gaveto da Avenida Santa Joana com a Rua do Loureiro, em Aveiro (PO n.º 287/2022).**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 25/01/2024 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>015</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>016</sup>

*“Muito obrigado. Enfim, a pertinência é simples, é um processo similar a outros que já cá trouxemos a esta Assembleia Municipal. É um pequeno acerto entre o espaço público e espaço privado de 8,59 metros quadrados. Enfim, para deixarmos um e outro devidamente relacionados, enfim, e pago obviamente pelo justo valor no âmbito da avaliação que realizámos.*

*Foi um bocadinho mais demorado, porque, enfim, como o valor é um bocadinho mais alto que o normal, o nosso parceiro no processo, enfim, teve alguma reflexão mais aprofundada, mas pronto, a reflexão acabou em bem. Temos um acordo e, portanto, falta a deliberação da Assembleia Municipal para podermos executar e o processo seguir e, felizmente, termos também mais uma frente urbana, numa zona importante e que o nosso Presidente da Assembleia Municipal seguramente conhece melhor que todos nós, para valorizarmos neste processo de qualificação e valorização da nossa cidade.*

*Estarei ao dispor para alguma questão que entendam por bem.”*



### Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

*“Senhores Presidentes, Senhores vereadores, Senhores deputados, todos os presentes e as pessoas que seguem esta Assembleia Municipal, cumprimento a todos e desejo de uma boa noite. Só dizer relativamente a este ponto, que é do conhecimento de todos, é urgente a cidade de Aveiro e outras zonas do país, mas mais particularmente a cidade de Aveiro, combater este desequilíbrio em termos de habitação. Esta operação desafetação do domínio público da pequena parcela nesta zona central da cidade de Aveiro permite de forma objetiva não só qualificar o espaço urbano, mas também, futuramente, possivelmente a construção de novas habitações, sejam elas setor público ou setor privado. A construção de novas casas é urgente e nesse pressuposto, votaremos a favor.”*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

*“Eu não acredito que sejam estes 9 metros quadrados que venham resolver o problema da habitação. Sinceramente, acho que é muito pouco. Mas, pronto, cada um é responsável pela intervenção que faz.*

*Aquilo que é importante sublinhar é que nós estamos aqui a votar e só a desafetação. Tudo o resto não é competência da Assembleia Municipal, decorre da Câmara todo o processo que está associado. E esta desafetação dos 9 metros quadrados (eu agradeço informação), mas a informação que está associada, anexa, apesar de não ser isso o objeto da deliberação. Que venha sempre a informação não estou a criticar. Mas estamos aqui a ver uma desafetação, se calhar se eu fosse o proprietário também me chateava, porque a linguça de 9 metros quadrados que ele tem de comprar, vale 9 mil euros. E as duas meias linguças que ele vai dar a Câmara valem 450 euros. É um negócio, é um negócio da china. É um negócio em que pela mesma área a Câmara recebe 9 mil euros e paga 450 euros para 9 metros quadrados iguais. É uma formalidade que tem que ser cumprida esta desafetação, vamos a ela, vamos desafetar a linguça para que o empreendedor possa criar alguma habitação.”*

Vogal João Moniz (BE)[021](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

*“Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente não temos nada contra esta proposta. Eu pensei que ia ouvir a explicação para aquela conta fantástica de 1.200 milhões de euros para construir 80 mil casas, a 15 mil euros cada uma!*

*Se calhar se forem casitas de madeira é capaz de se chegar lá, mas pronto como não tivemos essa explicação continuamos a ouvir estas intervenções, que não explicações, e esperamos que o Bloco de Esquerda nos explique esta matemática fantástica, com o seu conhecimento do mercado da construção. O seu conhecimento profundo do mercado da construção e aquilo que move os construtores e o Estado e as Câmaras. Portanto, ficamos a aguardar, sentados, essa explicação por certamente vai demorar algum tempo.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*Boa noite a todos. A minha intervenção é apenas uma curiosidade, porque eu não sei, não sei explicar e gostava que o Senhor Presidente da Câmara me explicasse. Eu conheço bem aquela zona da rua do Loureiro, gaveto agora com a Avenida Santa Joana, que antigamente era a rua Miguel Bombarda. Por sinal eu vivi alguns anos na rua Miguel Bombarda, que*

*agora já não existe. E aquele bocadinho ali sempre teve várias casas. Havia ali uma série de habitantes. Nomeadamente o alfaiate João da Rosa Lima. E, portanto, aquilo ali sempre foi privado. Agora não consigo, não consigo perceber, mas isso talvez as mentes mais iluminadas me saibam explicar, aquele bocadinho está ali há muito tempo com taipais. Quando fizeram a outra casa ao lado então não foi previsto que aquele bocadinho também teria que se desafetar para construção, sendo agora necessário retirar ao espaço público um bocadinho, que não é muito, mas a Câmara vai buscar as tais chouriças que fala aqui, ah, linguças, muito bem vai dar tudo no mesmo. Desde que bem cozinhadas ou assadas vai dar tudo no mesmo. Aquele bocadinho que se vai retirar ao domínio público, vai passar para o domínio privado. Eu gostava de perceber melhor, porque é que anteriormente as casas existiam até àquele café, faziam completamente a curva ali e, de repente, é necessário tirar um bocadinho ao domínio público. Não estou contra nem vou votar contra. Só que gostava que me explicassem, porque me lembro daquilo daquela forma, com bastantes casas ali que eram privadas.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

*“Boa noite. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. Senhor Presidente, nós naturalmente vamos votar favoravelmente, mas queria perguntar-lhe uma coisinha. Temos aqui para desafetar do domínio público oito metros e meio, uma mini linguça. A minha dúvida é se há muitos destas linguças espalhadas pela cidade ou não? Porque já tivemos ali uma atrás da Segurança Social em que havia lá um bocadinho que também teve que ser. Agora há mais este bocadinho. Quer dizer, existem mais bocadinhos destes que impeçam o fluir normal de planeamento da habitação? Porque estamos a falar, nem sequer são 9 metros quadrados.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[025](#)

*“Estou um pouco enfasiado com a conversa porque não jantei, mas pronto, vou procurar resistir às tentações. A lógica é assim: neste caso, como nos outros casos, enfim, já tivemos aqui em duas ou três assembleias municipais, quatro processos (se a memória não me atraiçoa-a) como este. Quer dizer, não sei se tivemos outros 4 nos outros dez anos. Portanto são situações muito pontuais e que podem surgir mais, obviamente, que podem surgir mais. Mas são coisas muito pontuais que surgem e muitas vezes por desencontro de informação no que respeita ao próprio cadastro não ser absolutamente rigoroso. Depois cartografia, enfim, a nossa é uma, mas evidente que isto que cada vez mais, hoje, o risco destas matérias desce, porque hoje com a cartografia digital já não há erros. Mas, enfim, muitos dos processos dos cadastros das conservatórias cartografia digital isso não existe. E, portanto, são questões desta natureza que trazem processos desta ordem.*

*Aqui a Dr.ª Ana Maria falava desta questão, de que por que é que este bocadinho e nós o vendemos. Enfim, podia ser ao contrário. Mas não, aqui não precisamos deste bocadinho ou de outro tanto para alargar o passeio. Neste caso específico, obviamente as matérias, estas questões, são muito pontuais, tem que ser analisadas situação a situação. Temos um passeio largo, não há ali falta de espaço público. Esta construção, ela própria ocupa um terreno muito pequeno, o terreno é ocupado quase a 100%, em termos de implantação, são 8 fogos, mas não levem este número, por causa da questão que a Sílvia referenciou, enfim, são muitos ou são poucos, são 8, pronto. Eu acho que são 8 é o número que eu tenho na minha memória.*

*Este processo tornou-se importante para nós, indo à questão dos taipais, porque somos todos mentes iluminadas porque estamos todos debaixo desta mesma luz, esta obra teve um*

*problema que acontece em muitas zonas, das zonas das áreas próximas da muralha em que foram encontrados uma série de fornos. E, portanto, quando se encontram fornos para tudo, é feito o cadastro, para o processo da liga da arqueologia, para ficarmos com o cadastro, enfim tratarmos destes preceitos. E este foi um dos casos. Havia ali imensos. Era ali uma zona concentrada. Portanto são situações que surgem desta natureza e nós como gestores do domínio público só temos que tomar decisões. Quer dizer, ficava ali uma construção com um s ou achamos que o próprio espaço público fica ali mais qualificado, relaciona-se melhor com o edifício privado que vai surgir se ficar a direitinho. Portanto são coisas destas, são coisas desta natureza.*

*É evidente que, Salavessa, o terreno que nós vendemos, que entregamos ao privado vale muito mais do que recebemos. Recebemos para espaço público, pomos lá uma calçada e tal, siga. O terreno que vamos vender, enfim, vale uma fortuna porque é construível, julgo que são 3 pisos. Também peço desculpa por não ter tudo na memória. Pronto e tem um valor obviamente, que é o valor do mercado, enfim, é o que é. Portanto não há aqui exercício nenhum que não seja a gestão pela tipologia de ocupação de cada metro quadrado, o valor respetivo. Portanto, nada de mais como é evidente.*

*É evidente que hoje o João Moniz está um bocado baralhado com as batatas e com a habitação, porque não sei se sabem, a maior empresa comercializadora de batatas do país é hoje um grande investidor imobiliário em Aveiro. E é por isso que eventualmente o João está um bocado baralhado entre as batatas e a habitação. Mas, de facto, uma parte da sua baralhação faz sentido, porque em termos da lógica comercial é mesmo parecido. Quanto maior é a oferta da batata ou da habitação, mais o mercado puxa os preços para baixo. Quando há escassez da batata por causa da bicheza ou de um fungo ou de um problema qualquer e reduza quantidade que entra em mercado, aumenta o preço. É igual na habitação, é igual na habitação. E, portanto, eventualmente, o João que está sempre muito a par do capital e acompanha muitas empresas capitalistas, ficais a saber, como ele já sabe obviamente, nunca lembraria a ninguém, trazer a matéria das batatas a misturar com esta matéria de habitação. Mas é verdade. A maior empresa comercializadora de batatas deste país, uma enorme empresa sediada no município de Mira e com um entreposto já relevante no nosso município, já é hoje um dos nossos maiores investidores imobiliários. Embora ainda só está naquela fase primária que é a fase de comprar terrenos. Já está um bocadinho na fase secundária que é a fase de licenciar projetos. Mas, infelizmente, ainda não podemos tirar uma fotografia às suas obras, porque ainda não começou nenhuma construção. Mas lá chegaremos porque obviamente gostamos muito que os nossos investidores, invistam, também para contribuir para maior oferta, respondendo à procura, mesmos que os preços se mantenham altos, sabendo que o mercado nos diz que quanto mais a oferta acontecer, mais condições existem no exercício da proibidade de baixarem os preços.*

*Evidente que isto não é verdade se os níveis de procura continuarem muito altos, a pressionar a oferta, obviamente que os preços não vão baixar, porque é isso que é a relação entre a oferta e a procura numa economia de mercado aberta como é a nossa.*

*Portanto, enfim, agradecer, julgo estar clara motivação pela venda e acho que está bem vendido. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 4 – Apreciação e votação da desafetação do domínio público municipal de parcela sita no gaveto da Avenida Santa Joana com a Rua do Loureiro, em Aveiro (PO n.º 287/2022), sendo a proposta aprovada por maioria<sup>926</sup>, com trinta um votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS5+PCP1), uma abstenção (PAN1), e dois votos contra (BE2).**



Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>027</sup>

*“Depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara não podia deixar de haver uma declaração de voto. Votámos a favor desta proposta, por aquilo que estava de facto em votação, que é a desafetação de 9 metros quadrados para outro tipo de utilização. Este voto não significa que concordamos com a especulação ou com as afirmações do Senhor Presidente acerca da habitação. O problema é muito mais complexo do que uma mera lei da procura e da oferta.”*

## **Ponto 5 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para o ano 2024 e Auto de Transferência de Competências da Câmara Municipal de Aveiro para a Junta de Freguesia de São Jacinto de 2024.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 25/01/2024 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>028</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>029</sup>

*“Senhor Presidente, muito obrigado. Obviamente que este é um procedimento que vimos adotando desde 2017, adequado ao quadro legislativo, como sabemos mudou também no quadro do processo de descentralização e já cumprimos o decreto-lei da descentralização. Este já é o segundo ano que o fazemos, este que está em execução ano 24, naquilo que respeita à componente que está referenciada como autos de transferência. Autos de transferência de meios, no nosso caso financeiro, para as competências que estão delegadas havendo delegação financeira diretamente do Orçamento do Estado para as Juntas de Freguesia, retirando das verbas, dos fundos da Câmara Municipal e dotando as verbas ao Fundo de Financiamento das Freguesias, para que essa transferência seja feita e esse processo está a decorrer normalmente em 9 das nossas dez Juntas de Freguesia.*

*Depois há um outro conjunto de matérias que integramos nos Contratos Administrativos e que tem a ver com operações de tipologia geral e que são executadas em todas as freguesias, havendo nuances. Obviamente a única que limpa a praia é São Jacinto, por exemplo. Mas, enfim, depois há aquelas outras tipologias que se enquadram em quase todas. Manutenção de polidesportivos, pequenas construções, caminhos rurais, manutenção dos parques infantis, etc. Gestão de sanitários públicos também para quem os tem, etc.*

*Este é o quadro que colocamos nos Contratos Administrativos e depois há a outra parte que é sempre muito importante e é aquela que sempre nos dá naturalmente mais trabalho, que também integra esta componente dos Contratos Administrativos, mas que nós chamamos de investimento. Estas que eu disse até aqui vão para Transferências Correntes e as de Investimento são aquelas, enfim, normalmente são as obras que fazemos e que são de uma diversidade enorme. Construção de pequenos edifícios, alguns não tão pequenos quanto isso. Temos aqui dois que não são exatamente tão pequenos quanto isso, o edifício dos gerais nas freguesias de Santa Joana e na União de Glória/Vera Cruz, parques infantis,*

parques caninos. Temos também este ano um Parque Aventura de pequena dimensão em São Bernardo. Enfim, há uma tipologia de diversidade enorme. E, portanto, em razão daquelas que são as propostas das Juntas, o quadro financeiro em laboramos, que é o quadro orçamental que aprovámos aqui como é evidente. Enfim, são definidas as matérias, são discutidas e são tomadas as decisões que, enfim, depois ganham a forma de Contrato, vão a Câmara e vem à Assembleia Municipal. Este ano a boa novidade, tudo o que disse até aqui é bom, mas não é exatamente novidade, apenas é manter no ano 2024 aquilo que vínhamos fazendo desde 2017.

A novidade é o regresso de São Jacinto à vida normal. E à vida normal com uma anormalidade. É que a componente dos autos de transferência, não vamos obviamente usar o método das outras juntas de freguesia, porque estamos fora de tempo e, portanto, usamos o método antigo de uma transferência direta da Câmara para a Junta de Freguesia, porque obviamente não temos tempo nem condição, aliás, agora nem a condição legal tínhamos de fazer. E, portanto, adotámos o modelo antigo de um Contrato direto com a Junta de Freguesia de São Jacinto. Obviamente, depois há também um Contrato Administrativo, enfim, depois temos aqui e isso ficou devidamente acordado entre a Câmara Junta de Freguesia, enfim, um espaço de aprendizagem. Porque mesmo os últimos anos de trabalho com o ex-presidente António Aguiar, enfim, a credibilidade dos números era muito débil e, portanto, temos números, estamos tranquilos com eles, mas é preciso ir para o terreno executar, para verificar se os números estão bem ou estão mal, estão a mais ou a menos na rubrica A ou na rubrica B e, portanto, temos esse espaço tranquilamente aberto para fazermos essa aprendizagem, com o rigor e com a qualidade do trabalho do atual executivo liderado pelo Presidente Arlindo Tavares.

E obviamente que na relação de cooperação séria e transparente, entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Aveiro.

Isto quer dizer também que, o nosso protocolo de cooperação especial está a correr bem. As transferências financeiras da Câmara para a Junta estão a correr de acordo com o planificado, o ato imediato de transferência das verbas da Junta para os credores estão a correr bem. O que ainda falta pagar têm planos de pagamento assinados e vai também correr bem. Conclusão, estão reunidas todas as condições para dizermos que o reequilíbrio financeiro da Junta de Freguesia de São Jacinto está conquistado. E, portanto, quer dizer que está instalada a condição legal e, obviamente a política, embora essa já estava conquistada, faltava conquistar a legal e a financeira para voltarmos a uma cooperação em tudo igual, em tudo na forma, porque depois na substância há diferenças, como é evidente.

Portanto deixar esta esta nota. Agradecer, obviamente aos presidentes das assembleias e aos seus presidentes ou representantes das nossas freguesias, enfim, o agradecimento do costume. A lealdade, a transparência, forma aberta como a discussões são feitas, naturalmente, a dificuldade de tomarmos decisões porque queremos mais isto e mais aquilo, mas isso é normal sempre que há trabalhos desta natureza. Enfim, e já vamos sempre desenhando sempre outros projetos que se querem preparar, nomeadamente para o ano próximo de 2025, que é o último ano do mandato que temos da nossa mão, da nossa responsabilidade e, portanto, reiterar isso tudo, todo esse trabalho que foi feito de forma muito, muito construtiva e muito positiva. E pronto e que se corporiza nestas propostas que trazemos à Assembleia Municipal, que obviamente já passaram como não poderia deixar de ser, na Câmara Municipal, num compromisso que todos temos de trabalho para executar aquilo que aqui está em causa, sabendo que antes, entre este espaço da deliberação da Câmara Municipal e da deliberação da Assembleia Municipal, os vinte órgãos autárquicos, executivos e deliberativos, de cada uma das nossas freguesias já praticaram o mesmo ato de aprovação dos documentos, para que eles agora sejam documentos para que os possamos assinar falta obviamente deliberação da Assembleia Municipal. Portanto queria aqui deixar

*este testemunho. O agradecimento do trabalho da equipa de elevada condição e qualidade que continuamos a fazer e, obviamente, estar ao dispor para qualquer questão que entendam por bem. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

*“Obrigada, era só para dizer que não temos nada a opor com estes contratos entre a Câmara Municipal e as suas juntas de freguesia, bem pelo contrário. E saudamos o facto de a situação de São Jacinto ter sido regularizada e votaremos a favor. Obrigada.”*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

*“Penso que é sabido que os municípios CDU têm das mais elevadas percentagens de transferência de competências e de meios para as freguesias. Portanto é uma prática que nós defendemos e que procuramos aplicar. Perante a proposta, perante aquilo que temos aqui à nossa frente, podia-se fazer uma discussão que outras transferências deviam ser transferidas, que mais meios podiam ser transferidos, essa é uma discussão que será necessário fazer aqui na Assembleia Municipal fora deste ato, deste ato final, deste ato decisivo, porque quando temos perante nós a votação das Juntas e das Assembleias de Freguesia que aprovaram esta proposta, o que é que podemos fazer relativamente a esta proposta. Não iremos obstaculizar.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

*“Nós somos a favor do municipalismo e da descentralização de competências da Administração Central para as Câmaras e das Câmaras para as Juntas de Freguesia. Neste caso, portanto, a Câmara Municipal se já chegou a acordo com todas as Juntas de Freguesia, quer dizer, não temos absolutamente nada a opor. Votamos a favor obviamente.”*

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

*“Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Em coerência com aquilo que afirmámos anteriormente sobre o processo de descentralização, o PAN está de acordo com o que aqui é proposto em termos de transferência de competências para as juntas de freguesia. Consideramos que é essencial esta cooperação e delegação de competências em áreas que irão beneficiar os cidadãos. Obrigado.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Obviamente estamos de acordo, isto é um processo que já tem vindo a decorrer ao longo dos anos. Um processo negocial que, naturalmente, como qualquer processo negocial, também haverá cedências de parte a parte, nem a câmara poderá dar tudo que as Juntas pretendem, porque também os recursos são limitados, mas a informação que temos ao longo dos anos e que corre bem, a Câmara respeita os seus compromissos, as Juntas executam aquilo que se comprometem e, portanto, nada contra continuarmos com este sistema porque é bom para todos.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>036</sup>

*“A minha intervenção vai ser muito rápida. Também agradecer estas publicações que nos ofereceram hoje, tenho esperança que um dia destes vão tirar umas fotografias também a minha casa, que também tem azulejos e que já tem alguns anos. E que realmente com a descoberta do Azulejo de Aveiro que continuem a exigir nas traças das casas da Beira-Mar o tal Azulejo, que fazia parte integrante das suas características daquele bairro, que é simpático, e que sempre teve azulejos nas fachadas, mas que agora surgem umas casas completamente diferentes, eu hei-de tirar umas fotografias e trago aqui que é para ver as traças diferentes que estão a descaraterizar aquele bairro.*

*Esta é uma pequena nota. É uma pequena nota. É uma questão de gosto senhor presidente, mas a Câmara e que aceita aquilo que os arquitetos apresentam. Desde uma espécie de tábuas de pau, que substituem alguns os azulejos lindíssimos. Eu acho eu que são lindos e eu concordo com eles, não outras casas não concordo porque aquilo está a descaraterizar. Mas indo àquilo que interessa neste momento. O Partido Socialista sempre foi favorável à descentralização e concorda plenamente com aquilo que se tem vindo a fazer ao longo dos anos, só não percebe também porque é que não há mais descentralização. E sendo assim, da parte do PS, vai com certeza de votar favoravelmente esta descentralização que se congratula com ela e que espera que com o tempo seja possível que dê mais às freguesias e elas se tornem mais autónomas, com mais capacidade para fazer mais e melhor ainda.”*

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)<sup>037</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>038</sup>

Vogal Arlindo Tavares (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>039</sup>

*“Muito boa noite Senhor Presidente. Cumprimento-o a si e à restante mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros membros desta assembleia, público aqui presente, todos aqueles que assistem pelas plataformas digitais. Começo com um cumprimento especial aos meus colegas presidentes de junta de freguesia, pelo magnífico trabalho desenvolvido ao longo destes últimos anos em todas as nossas freguesias. O sucesso destes contratos interadministrativos de delegação de competências está, de facto, na vossa entrega forte dinamismo, resiliência e também do espírito de equipe com a Câmara Municipal de Aveiro no desenvolvimento das nossas freguesias.*

*Para 2024 estes contratos interadministrativos de delegação de competências ficam marcados pelo regresso da Junta de Freguesia de São Jacinto. Hoje tenho a honra de representar e presenciar perante todos um compromisso de capacidade e competência entre a Junta de Freguesia de São Jacinto e a Câmara Municipal de Aveiro.*

*Importa referir que já há alguns anos a freguesia de São Jacinto se vê privada, fruto da gestão danosa do Partido Socialista, de receber o que lhe permitia ter uma gestão financeira saudável. Contudo, ao longo deste ano, este problema socialista que quase condenou a minha freguesia, os meus vizinhos, minha gente, tem vindo a ser tratada com afinco e dedicação por mim, pelo meu executivo e pelo excelente contributo, desempenho da Câmara Municipal de Aveiro, o que culminou na libertação das amarras das penhoras sobre as transferências do município para a freguesia. Ao libertar-se das amarras também as penhoras sobre as contas bancárias, a Junta consegue ter condições para poder iniciar o compromisso assumido de normalização da vida económico-financeira e social da nossa freguesia.*

*Hoje só é possível, porque em conjunto, em equipa, estamos a cumprir com o plano de recuperação financeira. A importância destas verbas, como já referi no passado recente, tem um peso considerável nas contas desta junta.*

*Estas receitas representam cerca de 50% do Orçamento da nossa Junta. Retirando, obviamente, o efeito das verbas do protocolo especial. Aqui podemos logo constatar a importância das mesmas. Com estas verbas vamos criar postos de trabalho essenciais para a nossa freguesia e podemos prestar um serviço diferenciado à nossa população. Destaco, obviamente, a requalificação do nosso edifício da Junta de Freguesia de São Jacinto. Ato de enorme simbolismo de que começámos uma vida nova com esse marco do poder local da nossa freguesia.*

*Senhor Presidente, para trás ficou um ano muito difícil. De enorme exigência como sabe. Estamos a cumprir o plano e a honrar todos os nossos compromissos, com a minha equipa fortemente empenhada. Hoje conseguimos mais um passo nessa recuperação. E pode contar connosco, em equipa, o continuar deste caminho. De facto, surgem tempos de mudança na freguesia de São Jacinto. Mas esses tempos de mudança surgiram no dia 3/11/2022, quando a população de São Jacinto nos deu a maioria absoluta.*

*Estamos a cumprir o que tínhamos prometido. resolver os problemas que o PS deixou na nossa freguesia. Terminei dizendo, as dores do passado ficam com PS. A nós cabe-nos ações de rescrever o presente e o melhor futuro que São Jacinto merece. Disse.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

*“Sobre os Contratos Administrativos da Delegação de Competências, a bancada do PSD irá votar favoravelmente este ponto. Porque é vontade de todos os presidentes de junta e da Câmara e porque a análise do proposto a tal nos obriga. Porque é vontade expressa de todos os presidentes de junta do concelho de Aveiro, naturalmente, aqui manifestada.*

*Neste ponto realçar a possibilidade tais contratos e acordos, serem possíveis com a Junta de Freguesia São Jacinto, pois há um ano e após uma gestão irresponsável, incapaz e no mínimo pouco séria, a mesma Junta não aderiu estes contratos devido às suas dívidas, penhoras e outros, fruto da tal péssima irresponsabilidade e incapaz gestão do Partido Socialista. Foi um ano certamente difícil para a Junta de freguesia e para a Câmara Municipal. Pois ainda para o Arlindo Tavares e para Ribau Esteves, porque diretamente envolvidos e muitas vezes em momentos solitários e difíceis, refugiados no recato e no isolamento, que o assunto mereceu de ambos. Mas era este o legado socialista para o qual a Junta de freguesia São Jacinto tinha sido arrastada pelo Partido Socialista e que era preciso resolver. Após este ano difícil, mas contando com a persistência e capacidade de resolver problemas desta ordem.*

*Já do outro legado Socialista, do tempo Socialista, os 250 milhões de dívida do tempo socialista, depois com Élio Maia passou a 150 milhões, e que por forte e grande capacidade de gestão hoje, apesar dos fortes investimentos aplicados em todo o concelho se cifra em menos de 50 milhões.*

*Dizia eu, foi também alicerçado na capacidade de resolver estes problemas deixados por outros, sempre os mesmos, que foi possível ao fim de um ano a Junta de freguesia São Jacinto e a Câmara Municipal de Aveiro, estarem capazes de assinar um contrato inter-administrativo desta ordem jurídica e financeira.*

*Por isso, ao votarmos hoje favoravelmente estes contratos interadministrativos, votamos esses contratos, mas também no mesmo voto, se depreende ou está implícito votar e reconhecer a boa ou excelente capacidade de gestão deste executivo, que lhe permite encarar de frente e resolver todos os problemas que têm surgido pela frente, nomeadamente os financeiros.*

*Por isso, e para nós bancada PSD o voto favorável neste ponto. É um voto favorável e de reconhecimento a algum trabalho deste executivo, que permite negociar com todas as*



*Juntas de freguesia estes contratos interadministrativos pela boa saúde financeira da Câmara Municipal e de todas as Juntas de Freguesia.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>041</sup>

*“Muito obrigado a todos. Muito obrigado pelo apoio à iniciativa. É evidente que nós fizemos um percurso nesta matéria da descentralização, como em tantos outros, com uma lógica definida, com uma referência ancorada, é bom lembrar, no Programa de Ajustamento Municipal. Nós tivemos que definir por tipologia de investimentos, valores no nosso programa e, enfim, enquadrarmos a dimensão financeira desta operação nessa ambiência. É uma dimensão muito alta, enfim, são poucos os municípios que tem investimentos nas Juntas de Freguesia maior que os nossos. São muito poucos em Portugal. E, portanto, temos uma dimensão financeira nesta área muito, muito, importante.*

*É importante, obviamente, também lembrar, enfim, pode haver alguém que se possa esquecer, que há outras cooperações, diretamente à atividade das freguesias, na tipologia da logística, nomeadamente em horas máquinas por exemplo, que têm um valor enorme e que nós facultamos num jogo que é sempre para nós muito delicado, que é o jogo das necessidades que a própria Câmara tem, pelas suas intervenções normais. E desse compromisso, que está nos nossos contratos com as juntas de freguesia, para cedermos as nossas máquinas e os nossos operadores obviamente as máquinas têm que levar gente para as operar para um conjunto de objetivos que fixámos também, que vamos atualizando e ajustando consoante as dinâmicas. E, portanto, essa é uma matéria que vamos gerindo com o apoio do vereador Rogério Carlos na área dos serviços urbanos e em tudo o resto, e tudo o resto é imenso, para tratar de mil coisas, porque a cooperação no fundo toca em tudo aquilo que são as áreas de interesses dos nossos concidadãos e muito pelo trabalho do meu chefe de gabinete, Guilherme Carlos, há esse cuidado de tratar, de dar seguimento, de cuidar de mil coisas que não estão nos contratos. Mas que estão nessa cooperação diária entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia. E, portanto, é um bom patamar este patamar em que estamos, na tipologia das áreas da delegação de competência e da dimensão financeira. Podemos e devemos crescer, julgo que esse é o caminho que o futuro trará, mas colocámo-nos no patamar de excelência.*

*E é sempre importante lembrar que a miséria de da gestão da Câmara Municipal, com a mesma sintonia partidária de São Jacinto, o Partido Socialista levou a que nós herdássemos uma dívida brutal às nossas próprias juntas de freguesia.*

*E, obviamente, em primeiro tínhamos que tratar desse problema, enfim, tomáramos eles fossem só as Juntas as vítimas desse processo. Eram 1200 pessoas, entidades públicas e privadas que eram vítimas, tudo isso. Portanto houve essa fase, foi preciso tratar dessa patologia, para que depois passássemos à fase em que estamos felizmente, com crescente fortaleza e capacidade financeira.*

*E depois há várias outras operações e este ano temos também operações especiais na área dos cemitérios com as juntas de freguesia de Santa Joana e de Aradas que, obviamente, que também têm elas próprias uma importância enorme, pela relevância que esses equipamentos públicos têm para a vida das nossas comunidades.*

*E, portanto, quero deixar essa nota global, agradecer as palavras da presidente Ângela, mas é para mim muito especial, enfim, a Ângela perceberá isso, ouvir o Presidente Fernando Marques com esta nota. Há elogios que nós gostamos de ouvir mais do que outros e alguns que nos cai de forma muito especial. Agradecer ao Presidente Fernando Marques poder ouvir isso. É que, como disse sentidamente, estes são os 7 melhores anos dos seus trinta e não sei quantos, ter aceite que eu o convencesse a fazer este mandato comigo e connosco todos, porque precisávamos muito de si. Não foi fácil convencê-lo,*

*foram muitos os almoços e jantares que tive de lhe pagar. Tenho de dizer a verdade, foram todos pagos por ele, já estava aqui a inventar. foram todos pagos por ele. Portanto, agradecer esse desafio aceite e seguirmos o nosso caminho, no exercício do nosso mandato. Compreensivelmente a conversa é diferente. Obviamente que foi um trabalho muito doloroso. É bom lembrar que inventámos uma solução. A lei portuguesa não tinha solução. Tenho sempre que quando voltamos a isto e obviamente tenho de voltar à matéria como é lógico, de lembrar a célebre frase, que agora repito muitas vezes, do Presidente do Tribunal de Contas, quando eu não tinha apoio de ninguém para inventar uma solução para o problema. Uma solução que tivesse, enfim, enquadramento na lei, que a lei aceitasse e quando eu nos meus desesperos à procura de quem me ajudasse, ouvi essa frase fantástica do Presidente do Tribunal de Contas, que é um homem muito, muito, conhecedor do Tribunal, do país, da lei, e ele “Senhor Presidente não se preocupe, porque o Direito tem solução para tudo e, portanto, há-de se encontrar uma solução”. Que não existia como sabemos, e não existe linearmente na lei que o país tem. Portanto foi uma invenção boa que agora nos permite esse tipo de operação nunca alienando e é muito importante, portanto aquilo que disse o Presidente Arlindo Tavares, é sempre bom relembrar a história. Porque obviamente o Partido Socialista ainda não acabou de pagar a conta miserável. Conta política. Já pagou numa eleição, mas há mais contas para pagar. E o processo das participações, das duas formais, que entreguei via Inspeção-geral de Finanças, com os fortes indícios de corrupção praticados pelos autarcas do Partido Socialista na governação da Junta de Freguesia estão entregues a quem de direito. Ainda não aconteceu nada de relevante que não seja a abertura do inquérito e, portanto, eu espero que o Estado de Direito Democrático não abra só processos e termine processos.*

*Bem sabemos que em Portugal terminar certa tipologia de processos, não é exatamente fácil nem utilizador de pouco tempo, mas o dossier não está objetivamente fechado, porque há matérias a esse nível. Enquanto na miséria de governação do Partido Socialista na Câmara não encontrámos indicadores dessa natureza — e sempre o disse com meridiana clareza, como o repeti agora. Na situação da Junta de Freguesia de São Jacinto é radicalmente diferente. Obviamente, está escrito por mim e assinado em dois officios, porque não fizemos nenhuma carta anónima, está assinado por dois officios com a minha chancela e com a chancela, obviamente, do papel timbrado da Câmara Municipal.*

*Portanto é esse momento de mudança que agora se tem que passar a mais esta etapa de executar estas competências. Reaprendendo tudo, mas obviamente que sabemos todos do empenho, da dedicação, para que tudo corra bem nesta etapa nova para que vamos passar de executar este compromisso, agora que o aprovaremos seguramente aqui nossa assembleia municipal. Depois de assinado, obviamente, partindo para execução. Obviamente que a nota que Manuel Prior deixou é uma nota que, enfim, tem que ser sempre realçada. Tudo isto são sinais de qualidade de gestão, de competência, e é esse quadro que nós queremos viver. Herdar problemas difíceis, complexos, deixar o trabalho político feito na assunção da responsabilidade política e tratar das patologias e resolver os problemas.*

*E, portanto, andar para a frente e aquilo que fizemos na nossa Câmara Municipal e é aquilo que estamos a fazer na nossa Junta de Freguesia de São Jacinto. E é isso que interessa aos nossos concidadãos. Terem as suas autarquias de dimensão municipal e de dimensão de freguesia, capazes, competentes, a cumprir o serviço público, na lógica da lei, da transparência, do rigor e da seriedade. E, portanto, agradecer todas as vossas palavras, a vossa energia e, obviamente, seguirmos em frente com a execução, fazendo obviamente deste ano mais um excelente ano, procurando índice de execução o mais em cima possível dos 100%. É esse o objetivo. Sabemos que a matéria não é fácil, porque o caminho tem pedras, tem dificuldades, mas obviamente é esse o objetivo, chegarmos ao fim e termos este exercício executado a 100%. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Ana seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>042</sup>

*“Ora bem, todas as reuniões têm que se chamar a problemas do Partido Socialista. Nós assumimos os erros que cometemos. Mas queremos dizer que, em relação a São Jacinto, a primeira vez nós ganhámos, depois é que caímos, saímos, e foi para lá o PSD.*

*Não estou a perceber senhor Presidente, desculpe tem que me explicar, porque estava a fazer sinal de vitória! Vitória, vitória, acabou-se a história.*

*Bom o que eu queria dizer é que nós, nós próprios, também tentámos resolver algumas dessas questões que apareceram nesse último mandato. Mas é lamentável, eu peço imensa desculpa, que uma pessoa de quem eu gosto tanto e que respeito imenso, que é o caso do Senhor Fernando, que está aqui há muitos mais anos do que eu, que sabe que São Jacinto foi sistematicamente do Partido Socialista, julgo houve uma vez que foi o PSD que ganhou as eleições na freguesia. O PS ganhou, as pessoas gostaram. Agora houve este problema, ninguém está aqui para passar uma mão sobre as coisas que estão erradas, bem pelo contrário, queremos que se investiguem, se saibam e depois resolver as coisas de acordo com a lei.*

*Mas também é preciso dizer o seguinte. São Jacinto passou a ser a “princesa” das freguesias. Anteriormente, mesmo quando estava lá o PS sem ser este que lá esteve da última vez, era uma freguesia sempre um pouco discriminada. Era isso que os autarcas nos diziam. E durante os anos que o PS esteve lá à exceção deste último, a Junta de Freguesia deu-lhes maiorias, mesmo com este último, continuou a votar nele. Depois caiu pelas razões que nós sabemos e estamos aqui a dizer que foi a pior freguesia, que foi assim, que foi assado. É assim “por morrer uma andorinha não acaba a Primavera”. E o nosso trabalho feito na freguesia de São Jacinto durante largos anos, estavam lá porque as pessoas gostavam. Agora não gostaram!? Em democracia é assim. Saiu um por razões que não deveria, mas saiu. Esperemos que este, quem lá está agora, faça um bom trabalho. Porque nós não temos problema de dizer que quando as pessoas trabalham bem devem lá estar.*

*Quando as pessoas não trabalham bem também devemos dizer que não gostamos e que não estamos de acordo.*

*É só isto que eu queria dizer porque realmente sistematicamente estarmos a falar da mesma coisa ou não temos mais conversa ou então é para nos convencerem. Se isto é assim, a política é muito complicada. Então eu vou passar aqui assim a dizer todos os dias, todas as desgraças que acontecem neste país com este partido, com aquele e com outro, nenhum está incólume. E, portanto, vamos todos fazendo e trabalhando o melhor que sabemos e podemos, a favor das pessoas que votaram em nós e que nos elegeram para os diversos órgãos da comunidade. É para isso que aqui estamos. E não estarmos sempre a falar no passado. Falamos no passado das coisas boas e nas coisas más, mas as coisas más também se ultrapassaram. E neste município já se ultrapassaram coisas muito complicadas e estamos cá todos.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*Eu tenho mesmo que falar. Já na última assembleia se falou que o Doutor Alberto Souto, enquanto gestor socialista, deixou à volta de 250 milhões em dívidas. O Pedro contestou que tinha deixado obra. Nós nunca contestámos que o Partido Socialista não deixou obra! Mal era se tinha deixado 250 milhões de euros e não havia obra nenhuma — isso é que era muito mau. Mas o que é certo é que limpos os papéis havia 250 milhões de euros em dívidas.*

*Foi uma gestão menos correta, trouxe problemas nestes mais de 20 anos, portanto foi uma má gestão que o povo sancionou.*

*Em São Jacinto é um bocadinho pior. Temos novamente uma gestão socialista. Esta, não foram as outras detrás, que deixou uma dívida para uma junta daquelas, porque nós estamos a falar de uma junta pequenina, deixou uma dívida monstruosa. Que claramente o Partido Socialista teve uma gestão incapaz, incompetente e pouco séria, pelo menos.*

*Porque não há obra em São Jacinto que justifique a dívida que ficou. E é nesse sentido que nós referimos e que vamos continuar a referir que, no tempo de Alberto Souto ficou uma dívida, mas ficou a obra, portanto a obra está feita, a gestão financeira e que, se calhar, não foi adequada para deixar o ficou em termos de dívida. Mas em São Jacinto a gestão socialista deixou coisas bem piores. Deixou uma dívida e não deixou obra! E deixou rastros muito maus.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>044</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. A Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Seiça Neves tem esta prática de quando vamos à verdade e tocamos nas feridas, lá vem ela a tentar defender a honra a um convento completamente desonrado! Hoje é o momento em que temos de facto que falar disto. E eu aconselho-vos a irem à vossa memória como eu fui, mas se for preciso ir às atas ver o que é que vocês disseram do Partido Socialista, quando trouxemos a esta assembleia no final do mandato anterior, a rutura dos contratos com São Jacinto. Eu avisei-vos em português claro, e avisei os responsáveis autárquicos e partidários, o que é que estava a acontecer.*

*A rutura que estávamos a fazer não era para chatear ninguém nem para tentar ganhar as eleições em São Jacinto. Era porque a miséria e os indícios de corrupção já eram fortes demais. E vocês fizeram de conta que não se passava nada e tentaram defender a honra a um Convento completamente desonrado. Isso é chocante. Especialmente quando há advogadas de grande condição na bancada. Porque eu disse-vos a verdade. E o que é que vocês disseram? Eu tenho bem que bem escrito na minha memória, não preciso de ir ler as atas. Mas vão ler as atas. É uma vergonha o que vocês fizeram, vocês Partido Socialista. E agora vêm pregar, mas pregar o quê? Pregam a vossa vergonha. E depois usaram aquele velho truque claro, que foi pegar no Presidente Ribau Esteves, na Aliança com Aveiro, ir para São Jacinto com aquele argumento, que colhe, nalguns cidadãos. E tanto colhe que o Partido Socialista, com esse grupo de autarcas miserável, voltou a ganhar as eleições. Porque usaram aquele jogo de dizer “que lá está a câmara a usar o seu poder para ganhar as eleições em São Jacinto” É um argumento que em termos politiquieiros ou eleitorais é um argumento forte, mas isto em qualquer sítio. E foi um argumento muito forte. Porque vocês mentiram a vocês próprios. Eu digo sempre isto, em Aveiro, o Partido Socialista tem a mania, o hábito, de usar a mentira como instrumento político, mas naquele momento vocês mentiram a vocês próprios. Porque vocês também já sabiam, não tenho a certeza que soubessem de tudo, mas tenho a certeza absoluta que sabiam do suficiente para terem tido a coragem, ou terem vergonha, e não candidatarem o Partido Socialista à Junta de São Jacinto ou terem a coragem de candidatar um grupo de pessoas radicalmente diferente.*

*E candidataram, porque obviamente a miséria era de tal ordem que tinha que cair de podre. Nós não conseguimos pelo argumento político, não conseguimos na luta eleitoral, caiu de podre. Porque ninguém mandou o presidente António Aguiar e todos os autarcas da lista embora. Ninguém os mandou embora, ninguém. Foi pelo seu próprio pé e pela sua caneta que renunciou aos mandatos.*

*E depois procuraram montar uma operação inenarrável, outra mentira, arranjando um senhor que era especialista em seriedade, vindo da Polícia Judiciária, com um adjunto especialista em Finanças Públicas e que tinha sido vereador na Câmara de Aveiro, que dá*

*umas aulas num sítio onde se ensina e se aprende coisas ligadas a Finanças, para fazer de conta que já era uma malta fantástica para pôr em ordem a miséria que criaram.*

*Só que, obviamente, já os cidadãos de São Jacinto tinham percebido tudo. Já se tinha caído a máscara e obviamente que o resultado na eleição intercalar foi o que foi porque o campo da mentira já era muito curto e o da vitimização já tinha acabado.*

*E, portanto, é bom e este é um momento em que tínhamos que voltar a esta matéria. Nós não estamos a falar de uma coisa, de não sei quando. Com o presidente António Costeira no nosso primeiro mandato, enfim, as coisas correram normais como em qualquer Junta.*

*Depois no segundo foi o que foi. Eu apercebi-me que tínhamos uma pessoa que não era séria numa Assembleia Municipal. Foi numa Assembleia Municipal que eu me apercebi quando minutos antes de votarmos o Plano e Orçamento de 2021, recebi uma mensagem de esse autarca socialista “Senhor Presidente, não estou a sentir bem vou sair”. E o sentir bem era porque ele estava com um problema grave de votar a favor ou votar contra. Pressionado pelos bons factos para votar a favor e conta pelos maus argumentos do seu Partido. E nesse momento quando a reunião acabou, disse ao meu vereador que me ajudava na altura a gerir as juntas de freguesia “este tipo não é sério e vamos passar a olhar para tudo de uma forma diferente” porque este camarada socialista não é sério.*

*E a partir daí passámos a olhar para tudo de forma diferente e fomos descobrindo umas atrás das outras. É por isto Sr.ª Doutora que as coisas têm que ser ditas com clareza meridiana.*

*E o discurso do Partido Socialista era bem mais sério, se fosse outro. Errámos, pedimos desculpa e seguimos em frente, ajudando-vos para vocês fazerem bem. Nós tentámos uma coligação. Na eleição que perdemos propusemos uma coligação de 3 partidos para resolver todos juntos o problema da Junta de freguesia. Porque nós não andamos aqui por partidarite. Nós andamos aqui para servir os nossos concidadãos. O Partido Socialista e a “kedu” recusaram. E, portanto, siga a Marinha. Portanto é muito importante que a memória política fique trabalhada e os discursos sem sentido político sejam contestados, como o Manuel Prior acabou de fazer e eu também. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos artigo 33.º do Regimento:<sup>045</sup>

*“É um protesto. Apenas para sublinhar que o Senhor Presidente nalgumas das suas últimas frases referiu a proposta de uma coligação entre o que é a kedú, como disse, referir que é CDU e também o PS e o PSD para São Jacinto. É evidente que a CDU recusou, mas isso não significa este protesto que eu quero deixar. Não significa qualquer tipo de conluio com a situação criada em São Jacinto, que foi repetidamente foi denunciada na Assembleia de Freguesia pela CDU e em comunicados em que nos distanciámos da prática que estava a ser seguida pelo Partido Socialista. Não se meta agora no mesmo saco, quem não estava lá dentro.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>046</sup>

*“Senhor Presidente, lamentar que se tratou de um não protesto! Porque eu não disse nada daquilo que Vexa achou que eu disse. Como sabe, como sabe, o que eu disse e vou repetir, foi que a CDU recusou a proposta que fizemos de irmos os 3 partidos para o executivo, para resolver o problema da Junta de freguesia São Jacinto. Foi o que eu disse. Eu sei as coisas. Ó Salavessa, já nos conhecemos há muito tempo, se eu achasse, se eu soubesse que a CDU era conivente também estava lá a fazer asneiras, pois com certeza que já o tinha dito. Estava à espera que eu o escondesse? Eu usei os meus contactos no PCP, ao mais elevado nível, ao nível do Comité Central, solicitando a ajuda das pessoas que eu conheço fazerem*



*parte “digam lá à malta de São Jacinto para dizer que sim e vamos lá resolver o problema todos juntos”. Usei os meus contactos ao mais alto nível do Comité Central. Pronto, perdi, é a vida. Quem perdeu não foi o José Ribau Esteves nem a CDU. Quem perdeu foi São Jacinto. Perdemos dois anos. Foi mais dois anos de miséria. De mais dívidas, de mais disparates e de asneiras. Mas foi só São Jacinto que perdeu. Eu e o PCP, nada. Agora temos a enxada, temos instrumentos, toca a cavar e vai seguramente ser um 2024 grande ano. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 5 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para o ano 2024 e Auto de Transferência de Competências da Câmara Municipal de Aveiro para a Junta de Freguesia de São Jacinto de 2024, sendo a proposta aprovada por maioria<sup>047</sup>, com trinta um votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS5+PAN1), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de recomendação “Por uma rede de parques infantis inclusivos”.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>048</sup> à deputada do PAN para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Marta Dutra (PAN):<sup>049</sup>

*«Proposta de Recomendação*

*Por uma rede de parques infantis inclusivos.*

*“A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientados para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos.” (Princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança). Brincar é um direito consagrado a todas as crianças e é fundamental para que se tornem adultos felizes e saudáveis. Os parques infantis são espaços de enorme importância porquanto potenciadores da sociabilidade, do desenvolvimento motor e pessoal das crianças e jovens e da qualidade de vida ao ar livre. Mas, ainda que nas últimas décadas os municípios de Portugal tenham dado grande foco ao bem-estar das crianças, criando ou remodelando áreas de lazer apropriadas, as minorias têm sido muitas vezes esquecidas.*

*O concelho de Aveiro tem vários espaços infantis distribuídos pelas suas freguesias com diversos níveis de manutenção. Nos últimos anos tem existido um trabalho de requalificação destes locais de lazer no Município, porém, a oferta de equipamentos adequados para crianças e jovens portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida é deficitária, impedindo-as de usufruírem do seu direito de brincar nestes parques infantis públicos.*

*Neste sentido, urge democratizar os referidos espaços, justamente tendo por base a importância que os mesmos têm nas vidas dos munícipes mais jovens, dotando-os de equipamentos e de acessibilidades condizentes com os respectivos utilizadores.*

*Ainda, ao adaptar os parques infantis a crianças em cadeira de rodas, à semelhança do que tem acontecido noutros municípios, o concelho de Aveiro estará a posicionar-se na rota do Turismo acessível, passo importante num turismo que se quer inclusivo.*

*Nestes termos, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Aveiro delibere recomendar à Câmara Municipal de Aveiro que:*

*- Em colaboração com as Juntas de Freguesia, envide esforços para que, sempre que o espaço físico disponível o permita, incluir nos projetos de requalificação de parques infantis estruturas e/ou baloiços acessíveis para crianças portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para que assim o município passe a possuir uma rede de parques infantis inclusivos.»*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

*“Em termos dos considerandos poderíamos quase subscrever na generalidade a proposta, das ideias estão nos considerandos. No que diz respeito à proposta de recomendação ela é uma proposta de recomendação relativamente suave, porque aquilo que pede é uma maior atenção da Câmara em colaboração com as Juntas de freguesia, para implementar este tipo de parques inclusivos de acordo com aquilo que foi referido nos pressupostos, presumo que tal não exista no concelho, seria bom que pudéssemos também inovar nessa área. “*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[052](#)

*“Relativamente à forma como foi feita a recomendação, eu confesso que quando li o título, fala em parques infantis inclusivos, quer dizer, pensem coisas que não tinham nada a ver com o conteúdo da proposta. Inicialmente até pensei quando a vi que isto era uma proposta do Bloco de Esquerda. Antes de ler a proposta pensei que era do Bloco de Esquerda. Depois, confesso que fiquei um bocadinho desiludido por não ser uma proposta Bloco de Esquerda.*

*Ora bem, aqui fala que as minorias têm sido muitas vezes esquecidas! Quer dizer, se as pessoas com deficiência são minorias, então todos nós somos minorias. Todos nós temos, alguns, doenças crónicas, asma, diabetes, etc. Quer dizer todos somos minorias. Nós criticamos aqui um bocado este tipo de linguagem que é usada, as minorias têm sido muita gente esquecidas. Porque não serem mais claros e, porem, uma recomendação por uma rede de parques infantis adaptados para crianças com mobilidade reduzida? Porque é que estamos com esta coisa dos parques infantis inclusivos. Quer dizer, as minorias têm sido muitas vezes esquecidas! Minorias somos todos nós.*

*Relativamente à proposta em si. Obviamente que nós concordamos com o princípio subjacente à proposta. Portanto defendemos, obviamente, todas as crianças têm direito a brincar e em poderem brincar em parques infantis. No entanto, a proposta depois parece-nos um bocado demagógico e populista. Porque no fundo estão a pedir à Câmara que sempre e passo a citar “sendo que o espaço físico disponível o permita”.*

*Ora bem, vamos admitir que todos os 61 parques infantis do município permitem. Quer dizer, não é, não seria realista, estarmos a meter equipamentos adaptados para crianças com deficiência em todos os parques infantis. Seria uma despesa a nível de orçamento, com certeza, também muito, muito elevada. Portanto, nós consideramos que seria mais razoável, pensar-se numa solução de, por exemplo, ter um em cada freguesia, cada junta de freguesia escolher dos parques infantis que têm aquele que for maior e que estiver em termos critérios de tamanho e de localização e acesso do público em transportes públicos, por exemplo. E também que sejam parques que tenham uma boa vigilância. Porque também não vamos estar a correr o risco de estar a meter estes equipamentos caros em parques infantis que depois têm pouca vigilância e que estão sujeitos a vandalismo.*

*Portanto, a nós parece-nos que seria mais razoável, pensar-se numa solução de ter eventualmente um parque destes adaptado em cada freguesia.*

*Portanto a proposta em si, não me parece, não é realista e, portanto, não poderemos votar favoravelmente. Tem dito. Obrigado.”*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>053</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Não obstante o problema de certas bancadas aqui representadas que têm com certas palavras. Pelos vistos “inclusivo” agora é um vocábulo que deve ser proibido, não é. Porque evoca talvez temores e demónios, não sei, fiquei manifestamente preocupado com a intervenção do senhor deputado pelos vistos as palavras agora evocam fantasmas.*

*Não obstante desse à parte, o Bloco de Esquerda em tempos, há vários mandatos, há 2 mandatos, nós apresentámos uma pergunta formal à Câmara Municipal, e a pergunta que nós apresentámos através da Assembleia, tinha a ver com isto, tinha a ver com o estado dos parques infantis em Aveiro e se a Câmara Municipal estava a fazer diligências para adaptar os seus parques a crianças portadoras de deficiência ou com problemas de motricidade.*

*Se não me engano, na altura, o presidente era o Presidente Ribau Esteves e, portanto, provavelmente vai-se lembrar disso, respondeu a dizer que a Câmara estava a fazer diligências nesse sentido. A verdade é que a situação dos parques se mantém largamente idêntica no que toca à adaptação dos mesmos. Aliás, no próprio documento que a Câmara fez chegar à Assembleia Municipal, muito provavelmente em resposta à proposta do PAN, faz referência investimentos nos parques infantis, mas, por exemplo, não faz referência ao investimento que foi feito. Obviamente o Senhor Presidente terá oportunidade de responder, se assim o desejar, na adaptação desses parques infantis para estas crianças. Precisamente o tema que nos traz aqui a debate.*

*No que toca à proposta em si, nós acompanhamos esta ideia, aliás, esta tem sido uma das frentes de intervenção do Bloco de Esquerda nas freguesias ontem tem representação e, portanto, nós consideramos que deve haver uma rede de parques inclusivos e que a Câmara Municipal deve fazer esse esforço, obviamente, em coordenação com as juntas de freguesia. Disse.”*

Vogal Jorge Girão (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>054</sup>

*“Muito boa noite. Senhor Presidente, saúdo a todos. A ideia, em princípio, em teoria, parece-nos boa. Ninguém pode estar contra esta ideia. É como dizer que devemos dizer que somos todos bons. Agora estar aqui a pedir à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara que, em colaboração com as juntas de freguesia, eu acho que há aqui uma questão formal. A responsabilidade é das Juntas de freguesia. A Câmara, trabalha em conjunto com as juntas de freguesia. E para nós não tem sentido pedir recomendar à Câmara Municipal uma coisa que é da responsabilidade das Juntas de Freguesia.*

*A ideia é ótima. Mas como dizer, meus senhores, nós queremos recomendar que a Câmara de ir a todas as pessoas de Aveiro que devem ser boas. Esta é verdade, mas infelizmente, não é uma responsabilidade da Câmara e só por isso que vamos o que vamos votar contra.*

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>055</sup>

*“Muito obrigada Senhor Presidente. Realmente, eu acho que o PAN, vê-se logo que não têm representação nas freguesias. Porque efetivamente isto é uma Delegação de Competências que está dada às juntas de freguesia.*

*E também sei que não conhece bem as freguesias. Porque, por exemplo, há freguesias no município que já têm esse equipamento. E também dar nota que, quem está a fazer requalificação de alguns parques, também está com essa preocupação. Portanto eu convidava o PAN a visitar realmente o município e a ter consciência daquilo que temos. Porque já existem parques infantis no município que têm esse equipamento e há freguesias, há colegas meus, e dos quais eu também estou, estamos a fazer requalificação de alguns parques infantis, onde estamos já a contemplar a colocação de equipamentos para a inclusão.*

*Portanto eu não tenho nenhum preconceito com o vocabulário, portanto, só dar esta nota e convidar o PAN a visitar mais o município e não fazer este tipo de proposta demagógica à Câmara Municipal e neste local, porque não é, de facto, uma responsabilidade direta da Câmara.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>056</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>057</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>058</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>059</sup>

*“Senhor Presidente muito obrigado. Como sabem os colegas da Assembleia Municipal é raro a Câmara meter-se nestes debates sobre moções. Eu, desta vez, obviamente, achei que a gravidade da moção era de tal ordem e a matéria de tal delicadeza, que a Câmara não podia estar fora deste debate. E por isso fiz uma informação para que a Assembleia tivesse conhecimento, não está lá escrito novidade nenhuma, mas está informação tratada que obviamente os colegas da Assembleia não a têm. Por que me chocou ler o parágrafo da primeira versão, que foi retirado, mas, obviamente eu fiz a informação que fiz, com base na moção que conheci, que foi a primeira, não foi a segunda versão.*

*Mas não posso aceitar que se escreva que, enfim, recomendar à câmara que promova o levantamento das necessidades existentes nos parques infantis do concelho, que sejam da sua responsabilidade, uma temos permanentemente atualizados e com qualidade. E porquê? Porque, de facto, se há área de trabalho em que a cooperação da Câmara com as Juntas têm um trabalho notável, claro que a memória é muito curta, mas aquilo que nós tínhamos de parques infantis em quantidade e qualidade há 2 anos era miserável. Hoje temos uma rede, que tem muitos mais em número e tem um nível de qualidade muito alto.*

*E mais do que isso, tem mecanismos de fiscalização por uma comissão da própria Câmara que, quando há um problema porque o parque envelheceu, o que está partido, não sei o quê, fecha até se reparar.*

*Portanto nós hoje temos, de facto, um nível de qualidade nesta matéria muito alta. Eu achei a moção excessivamente injusta e objetivamente mal-intencionada em termos políticos, procurando explorar esta coisa de que nós não tratamos bem das criancinhas e muito em especial daquelas crianças que, pronto, por motivo da sua condição, temos que tratar ainda melhor que as outras, que são aquelas crianças têm deficiências.*

*E sou-vos sincero, deixem-me deixar uma nota pessoal, porque me revolta sempre muito, porque um dos meus colegas de vida, de trabalho político na JSD e no PSD em Ílhavo, graças a Deus ainda é vivo, mas é deficiente profundo, de cadeira de rodas, que nós*

*andámos com ele ao colo, porque não havia estas coisas de que temos de ter tudo para o deficiente. Não há, siga, a gente carrega com ele. Levávamos o Pedro parracho para todo o lado, para todo o lado. Era uma pessoa como nós.*

*E quando eu vejo tentativas politiquieras de explora isto, é uma coisa que, peço desculpa, mas que me revolta nas entranhas. Revolta-me nas entranhas.*

*E, portanto, deixar esta nota que foi este o enquadramento que me levou a dar esta informação.*

*E, terminando, há de facto aqui um erro de contexto base e um erro de forma. Depois fica sempre a dúvida e nem me interessa decididamente esclarecer a dúvida, se isto é um erro de quem não sabe ou se é, de facto, uma atitude premeditada para tentar fazer politiquice? Mas eu quando olhei para a ordem de trabalhos, disse, espera aí, isto não é um erro de ignorância de quem não sabe! Porque o ponto anterior trata exatamente desta matéria. Uma das matérias que está delegada é exatamente esta. Será que o PAN não leu a convocatória, não viu!? Obviamente que viu. E, portanto, não faz sentido estar a recomendar à Câmara matérias quando a competência está delegada. Estão aqui os Senhores presidentes de junta, obviamente não preciso do testemunho deles, mas estão cá também, alguma vez quando nós aprovamos um parque construído de raiz ou reabilitado, alguma dissemos ao Presidente de Junta, olhe atenção, tem que meter o baloiço para a esquerda ou aquele zinzong para a direita ou tem que pôr a máquina tal, nunca na nossa vida, nunca na nossa vida. A competência está delegada. A discussão é o quê? Quanto é que isso custa? Custa vinte mil, trinta mil, muito bem, nós apoiamos com vinte, com trinta, esta é a conversa. Nunca na vida nós nos pusemos a discutir a máquina. A competência está delegada. Portanto, gostamos muito disto, votamos a favor, mas queremos que a Câmara continua a mandar. Desculpem lá, mas isso não tem sentido político. E, portanto, há aqui um erro de contexto de base.*

*Dois. É falso que os nossos parques infantis não são inclusivos. Sabeis que se usam pisos de borracha, pisos sólidos, por 2 motivos. Um, por motivo de natureza sanitária. Porque obviamente, os parques que têm piso de areia exigem regularidade, uma realidade maior na sua limpeza e na sua desinfeção. Embora não seja aquela conversa do cãozinho. Porque na altura, quando se começou a tirar o chão de areia e a pôr o piso de borracha, vieram com a conversa do pipi do cão. Não tem nada a ver. Porque o pipi do cão faz tanto mal, ou o pupu, faz tão mal ao pé ou à mão da criança, esteja feito em cima de um monte de areia ou em cima de uma placa de borracha! É igual.*

*O outro motivo é exatamente, o motivo de permitir a uma criança pequenina de 2 anos ou uma criança que tem dificuldade em mexer-se, ou idoso que está a acompanhar a criança, um espaço de mobilidade mais confortável. Foi por isto que se passou e eu, como sou um velho presidente de câmara, sou do tempo em que os parques infantis no município que eu presidi, eram todos com chão de areia, todos. E, portanto, isto tem aqui este erro de contexto. Eu estava aqui a lembrar-me, temos em vários parques infantis, um jogo que eu gosto imenso, e jogo quando não tenho sono, que é o jogo do galo. Aquele das cruzinhas e da bolinha para ver quem é que faz três em linha.*

*Nós temos vários parques infantis que têm o jogo do galo. Qualquer criança de cadeira de rodas pode entrar no parque infantil, porque a cadeira não se enterra e pode, por exemplo, jogar o jogo do galo. Eu ainda me lembro de pegarmos no Pedro Parracho e o pormos num baloiço e ajudarmos o Pedro a ter balanço para baloiçar. Portanto, esta coisa de que os parques não são inclusivos não é verdade. Mas é verdade que podem ser mais inclusivos neste sentido, ter mais o aparelho A ou B. Claro que sim. Essa é a boa parte da ideia, se apresentada bem, obviamente que tem que ter um aplauso e um agradecimento, mesmo que seja só pela lembrança. A gente sabe, mas alguém lembrou, obrigadinho! Mas isso não é nada do que está aqui. Isto assim não é nada. É um disparate porque ninguém recomenda a*



*uma entidade que não tem a competência que a exerça. Pronto é um absurdo formal. É um absurdo formal e, portanto, que as propostas sejam apresentadas nas assembleias de freguesia, nem sei se o PAN tem algum deputado, não tenho de memória se tem algum membro ou não, mas suponho que não. Onde se fazem recomendações deste tipo é nas assembleias de freguesia.*

*E, portanto, deixar apenas este testemunho numa matéria que obviamente é tão importante, tão delicada, mas que tem uma verdade objetiva. Temos gerido muito bem neste nesta operação de competência delegada, que continua a ser bem gerida.*

*Todos os anos há investimento nesta matéria e como competência delegada que é tem o financiamento da nossa Câmara Municipal.*

*Com a certeza absoluta que temos objetivos para cumprir nesta tipologia, nos contratos que acabámos de aprovar. E é minha profunda convicção que assim vai continuar a ser nos contratos que cá traremos para o ano de 2025. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>060</sup>

*“É sempre interessante tentar imaginar em casa as justificações que aqui vão sendo dadas, mas a realidade ultrapassa sempre imaginação mais criativa.*

*Nós, e esclarecendo, não aceitámos que ficasse englobado no ponto anterior, porque a sugestão era que deixasse de ser uma recomendação e deixar de ser votada. Não concordámos que passasse apenas a ser uma declaração de voto. Até porque outras recomendações que já trouxemos a esta assembleia, em mandatos anteriores, algumas até foram aprovadas e nunca foram implementadas. Se ficasse esquecida como declaração de voto numa ata qualquer, ainda menos.*

*Recebemos efetivamente a informação do executivo e no seguimento procedemos à alteração da proposta inicial, simplificámo-la, porque para o PAN o essencial era que os parques infantis nas várias freguesias possam ser inclusivos e as crianças possam brincar sem qualquer diferença entre si e não por alteração política. No nosso entender, esta proposta aqui apresentada em nada colide com a delegação de competências para as juntas e nada impede que o executivo colabore, trabalhe em conjunto. Aliás é isso que as várias juntas dizem que acontece e a própria câmara, trabalhem em cooperação. E, nomeadamente, em termos de apoio técnico e financeiro para incluir estes equipamentos nos projetos de requalificação dos parques infantis. Veja-se o caso do Rossio onde, aliás, se perdeu a oportunidade de construir de raiz um parque infantil inclusivo, para além não o ser é, no nosso entender, demasiado pequeno, apenas com 3 equipamentos e sem sequer sombra na proximidade. Na proposta inicial, tínhamos incluído fotos do Parque da Mónica existente na Amadora, pioneiro na inclusão e que no espaço de 10 anos contou com 1 milhão de visitas, posicionando-se assim na rota de turismo acessível, o que não acontece em Aveiro. O número de parques inclusivos em todo o concelho, dois, não é o suficiente no nosso entender. A integração das crianças deve ser igual em todo o município. Ter a Câmara a fazer essa coordenação, não só permite ter uma resposta uniforme, como consegue no total baixar os custos desse processo de inclusão.*

*Lamentamos que esta Assembleia não partilhe desta visão, pois os parques infantis inclusivos fazem muita diferença na vida das crianças com necessidades especiais, desde logo no seu direito de brincar. Esse vem sendo, aliás, ao longo dos últimos anos, o entendimento de outros municípios portugueses onde também vigora a delegação de competências nesta área.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>061</sup> Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de recomendação “Por uma rede de parques infantis inclusivos” , sendo a proposta rejeitada, com vinte cinco votos contra (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6), zero abstenções, e nove votos a favor (PS5+PAN1+BE2+CH1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>062</sup>

*“Votámos a favor da proposta, não só porque ela não indica uma obrigatoriedade incontornável à Câmara Municipal e também porque, apesar desta matéria ser competência das juntas de freguesia, a Câmara pode, como faz em tantas outras áreas, apoiar, sugerir, e neste caso, a adaptação dos parques visando soluções inclusivas, ganhando todos com a capacidade técnica existente na Câmara e com a economia de escala nas soluções.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS)<sup>063</sup>

*“Votámos favoravelmente, porque entendemos que esta proposta não entra em conflito com qualquer tipo de formalidade, visto que se trata de uma proposta de recomendação. e, além do mais, neste sítio que é a Assembleia onde estamos todos, estão também os presidentes das juntas e que também ouvem, com certeza tomam nota de uma recomendação. É uma recomendação tão só e tão simples para a inclusão de todas as crianças, que é uma coisa que não se vê com frequência, na maior parte dos parques.*

*E, é por isso que o P S vota favoravelmente e votará sempre favoravelmente, este tipo de propostas feitas. Porque entendemos que isso está realmente dentro dos propósitos dos princípios do Partido Socialista, a inclusão desde pequeninos, a inclusão de todos.”*

Presidente da Mesa:<sup>064</sup>

*“Queria salientar a importância da recomendação, mas poderia ter feito sentido ser feita num tempo prévio a discussão das delegações de competências. Por exemplo a poder ter efeitos no próximo ano, antes da discussão das delegações de competências.*

*Finalmente, como também aqui foi salientado, colocam-se aqui questões de exequibilidade na forma como o texto foi elaborado, enfim, ao recomendar de uma forma extensiva, poderia não ser tão exequível. Muito obrigado”*

**Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade<sup>066</sup> cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida deu por encerrada e concluída<sup>067</sup> a sessão ordinária de Fevereiro de 2024.**

**Eram 23:30 horas do dia 09 de Fevereiro de 2024.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:00)